



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 322, DE 2016

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União informações sobre as atuais obras federais paralisadas, atrasadas ou com despesas empenhadas mas não iniciadas, detalhando, para cada caso, local da obra, objeto em construção, valor total estimado, datas de início e de paralisação da obra, previsão de término, percentuais físico e financeiro já executados, estimativa do valor remanescente a ser despendido, justificativa para o atraso e outras informações pertinentes.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do presente requerimento é colher informações sobre as obras federais objeto dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas (CMAOBRAS), instituída no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), por intermédio do requerimento RMA nº 6 de 2015, Subcomissão da qual fomos designados Relator, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado em 1º/3/2016.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2014 apontou que o atraso em apenas seis obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento causou, até 2013, prejuízos acima de R\$ 28 bilhões. Esse montante seria suficiente para a construção de R\$ 466 mil casas populares, que poderiam beneficiar em torno de 2 milhões de pessoas.

As obras analisadas pela CNI foram: o aeroporto de Vitória; o projeto de esgotamento sanitário da bacia do Cocó, em Fortaleza; a ferrovia de integração Oeste-Leste, na Bahia; o trecho da Rodovia BR-101 no Sul de Santa Catarina; as linhas de transmissão ligando as usinas hidrelétricas do Rio Madeira ao sistema interligado nacional; e o projeto de transposição do Rio São Francisco.

A estimativa do custo do atraso na transposição do Velho Chico atingiu expressivos R\$ 16,7 bilhões até 2013. Essa cifra é equivalente a duas vezes e meia o orçamento original do projeto. Em geral, o estudo da CNI aponta que as principais causas desses atrasos foram a má qualidade dos projetos básicos, a demora na obtenção das

licenças ambientais e na realização das desapropriações, a má gestão dos projetos durante as obras e o viés da decisão política em detrimento dos critérios técnicos no tocante aos prazos e prioridades.

Em que pese o aumento da carga tributária, que saltou de 25% do produto interno bruto (PIB) no período de 1981-1989 para 35% do PIB no biênio 2011-2012, o investimento em infraestrutura no Brasil passou de 3,6% para 2,2% do PIB nos períodos em questão. Como os atrasos nas obras de infraestrutura inflam os custos dos investimentos, percebemos que o baixo nível de investimento do País em infraestrutura ainda está superestimado.

Diante disso, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para aprovar este importante requerimento, cujo objetivo é conhecer de antemão quais são as obras de infraestrutura federais paralisadas, atrasadas ou com despesa empenhada e não iniciadas. Obtidas essas informações, a CMAOBRAS poderá prosseguir suas atividades, conforme o cronograma de atividades constante do seu Plano de Trabalho de Fiscalização.

Sala da Comissão,

Senador **DOUGLAS CINTRA**

(À Comissão Diretora)